

4 – ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

4.1– Saneamento Financeiro de Estados e Municípios

4.1.1 - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES

A Medida Provisória nº 2.192-70 (e edições anteriores) estabeleceu mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, pelos quais a União pôde, em relação às instituições financeiras estaduais: a) adquirir o controle, para privatizá-las ou extingui-las; b) financiar a extinção ou transformação em instituição não financeira; c) financiar ajustes prévios para a privatização; d) financiar, parcialmente, programa de saneamento; e e) financiar a criação de agências de fomento, dentre outros.

No âmbito das contratações firmadas ao amparo da referida Medida Provisória, verificaram-se as seguintes operações no exercício de 2002:

ESTADO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	OPERAÇÃO
AL	PRODUBAN – Em liquidação extrajudicial: Liberação de recursos ao PRODUBAN Liberação de recursos à CEF – constituição do Fundo de Contingências	457.286 45.128
SC	Liberação de recursos ao BESC, BADESC E BESCRI	973.738

Fonte: MF/STN/COAFI

Com o encerramento do prazo de adesão ao PROES ocorrido em 2000, a situação das instituições objeto dos contratos firmados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, posição em 31.12.2002, encontra-se no seguinte estágio:

SITUAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
Em Liquidação Ordinária	Banco do Estado do Acre S.A. – BANACRE Banco do Estado de Alagoas S.A.- PRODUBAN Banco do Estado do Amapá S.A. – BANAP Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A. – BANDERN Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. – BDRN Banco de Desenvolvimento do Mato Grosso S.A. – BEMAT Banco do Estado de Rondônia S.A. – BERON Caixa Econômica do Estado de Goiás S.A. – CAIXEGO Caixa Econômica do Est. de Minas Gerais S.A. – MINASCAIXA
Extinto	Banco do Estado de Roraima S.A. – BANER
Privatizados	Banco do Estado do Amazonas S.A. – BEA Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEB Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ Banco do Estado do Paraná S.A. – BANESTADO Banco do Estado de Pernambuco S.A. – BANDEPE Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – BEMGE Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA
Federalizados, em processo de privatização	Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC Banco do Estado do Maranhão S.A. – BEM Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC
Saneados	Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE Banco do Estado do Espírito Santo S.A. – BANESTES Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL Nossa Caixa Nosso Banco S.A.

Fonte: BACEN

4.1.2 - Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

Lei nº 7.976/89: Financiamento e refinanciamento, pela União, de dívidas internas e externas, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades de suas administrações indiretas pelo prazo de 20 anos. Nessas operações ficaram assegurados aos mutuários os mesmos benefícios que a União viesse a obter nas negociações da sua dívida externa. Ao longo do exercício de 2002, a União recebeu os seguintes valores:

QUADRO - RECEBIMENTOS LEI Nº 7.976/89 (em R\$ mil)	
LEI Nº 7.976/89	VALORES RECEBIDOS
Voto CMN 340/87	205.675
Voto CMN 548/87	286.559
Aviso MF 030/83	1.263.068
TOTAL	1.755.302

Fonte: MF/STN/COAFI

Lei nº 8.727/93: Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios junto à União e sua administração indireta. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais. Ao longo do exercício de 2002, a União recebeu R\$ 4.185.363 mil, sendo R\$ 2.041.662 mil referentes a Créditos Recebidos e Transferidos às Entidades Públicas Federais, e R\$ 2.143.701 mil relativos a Créditos da União.

Lei nº 9.496/97: Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados. Os valores recebidos são utilizados exclusivamente para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União.

Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do PROES, integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamentos firmados ao amparo da Lei nº 9.496/97, ao longo do exercício de 2002 a União recebeu um total de R\$ 7.342.604 mil, sendo R\$ 7.056.250 mil referentes às prestações do refinanciamento e, R\$ 284.354 mil relativos à Conta- Gráfica.

Medida Provisória nº 2.185-35 (e edições anteriores): Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Os valores recebidos são utilizados exclusivamente para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Ao longo do exercício de 2002, a União recebeu R\$ 1.251.313 mil como prestações do refinanciamento.

Aquisição de Créditos Detidos pelo Banco Central do Brasil contra o Estado do Rio de Janeiro: Por força do disposto na Medida Provisória nº 2.179, de 2002, a União adquiriu do Banco Central do Brasil, por meio do Contrato nº 069/PGFN/CAF, de 29.07.2002, créditos originários do Contrato de Assunção de Dívidas e Outros Pactos, firmado entre a Autarquia e o Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998, pelo valor econômico de R\$ 4.289,6 milhões. Durante o exercício de 2002, foram recebidos, pelo Tesouro Nacional, R\$ 106.826 mil.

4.2 - Empréstimos Concedidos

FUNDEF - Empréstimos concedidos pela União aos Estados, sob a égide da Lei nº 9.846, de 26.10.1999, para ressarcimento em 8 anos a partir de Janeiro/2002, destinado à compensação parcial das perdas das Unidades Federativas em decorrência da aplicação da Lei nº 9.424/96, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Ao longo do exercício de 2002, a União recebeu um total de R\$ 548.621 mil, relativo às prestações vencidas no exercício.

4.3 - Avais e Outras Garantias Honradas pela União em Operações Externas

No exercício de 2002, houve ressarcimento de R\$ 25.435 mil à União, em razão de honra de aval, mediante a utilização da sistemática instituída pelo Aviso MF 87/85, de compromissos externos não adimplidos pelos devedores originais.

4.4 - Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: Bond Exchange Agreement - BEA, para juros do período de julho/89 a dezembro/90 (pendências jurídicas e diferenças em favor do Tesouro Nacional detectadas pelo Banco Central); Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIB, para parcelas de principal de 1987 a 1993; Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP, para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994; e Clube de Paris alcançando parcelas de principal e juros de 01.01.85 a 31.08.93. Durante o exercício de 2002, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os seguintes montantes:

QUADRO - DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA (em R\$ mil)

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA	VALORES RECEBIDOS
Bond Exchange Agreement – BEA	-
Brazil Investment Bond Exchange Agreement – BIB	51.537
Dívida de Médio e Longo Prazos – DMLP	1.453.117
Clube de Paris	388.751
TOTAL	1.893.405

Fonte: MF/STN/COAFI

4.5 - Retorno de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto ao: BIRD, para o Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS; USAID, por meio de acordo de garantia e pagamento, para financiar programa de desenvolvimento científico e tecnológico, e República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. Durante o exercício de 2002, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional, pelos devedores os seguintes montantes:

QUADRO - REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS (em R\$ mil)

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS	VALORES RECEBIDOS
Acordo Brasil- França	27.621
Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS	80.645
USAID – Contrato nº 512-L-088	2.944
TOTAL	111.210

Fonte: MF/STN/COAFI

4.6 - Saneamento de Instituições Financeiras Federais

Por força da Medida Provisória nº 2.196, de 2001, a União adquiriu, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, através do Contrato de Aquisição de Créditos Decorrentes de Operações com Recursos do FGTS, de 29.06.2001, créditos integrantes das Carteiras Habitacional e de Saneamento, detidos originalmente pela Caixa Econômica Federal. Por força do Contrato nº 057/PGFN/CAF, de 18.01.2002, celebrado ao amparo da mencionada Medida Provisória, foram os créditos integrantes da Carteira Habitacional - no valor de R\$ 4.247,7 milhões - transferidos para a Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, sob a forma de aumento de capital da empresa, ficando, dessa maneira, sob controle da União, somente aos créditos constituintes da Carteira de Saneamento. Durante o exercício de 2002, foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União, relativamente aos ativos em foco, R\$ 868.161 mil

4.7 – Aquisição de Valores Relativos a Participações Governamentais

Cabe a União receber parte dos *royalties* e da participação especial devidos ao Estado do Rio de Janeiro, originários da exploração de petróleo e gás natural, e a totalidade dos *royalties* e da compensação financeira a que tem direito os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrente da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Durante o exercício de 2002, foram transferidos ao Tesouro Nacional R\$ 1.031.278 mil.

4.8 – Parcelamentos

De obrigações externas liquidadas pela União: Recebimentos relativos aos contratos de parcelamento de dívidas, firmados ao amparo da Medida Provisória nº 1.973-57, de 11.01.2000, convertida na Lei nº 10.522, de 19.07.2002.

De dívidas originárias de convênios com a administração direta e indireta da União: Recebimentos realizados ao amparo da Portaria MF nº 152, relativos aos contratos de parcelamentos de dívidas originárias de convênios municipais inadimplidos junto a órgãos da administração direta e indireta da União.

PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS (em R\$ mil)	
PARCELAMENTOS	VALORES RECEBIDOS
Dívidas de Origem Externa	41.698
Portaria MF nº 152	268
TOTAL	41.966

Fonte: MF/STN/COAFI

HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2002 – CONSOLIDADO DE RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES (em R\$ mil)

PROGRAMAS	RECEBIMENTOS	ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2002
AC. BRASIL-FRANÇA	27.621	301.011
AVISO MF-087/85	25.435	721.056
BOND EXCHANGE AGREEMENT – BEA	0	85.452
BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB	51.537	264.286
CARTEIRA DE SANEAMENTO (CAIXA FGTS)	868.161	3.950.899
CLUBE DE PARIS	388.751	2.250.544
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.453.117	27.872.132
FUNDEF	548.621	1.758.432
DÍVIDAS DE ORIGEM EXTERNA – Lei nº 10.522/02	41.698	0
LEI Nº 7.976/89 - MF 030	1.263.068	11.356.516
LEI Nº 7.976/89 – VOTO 340/87	205.675	765.511
LEI Nº 7.976/89 – VOTO 548/87	286.559	1.063.387
LEI Nº 8.727/93	2.041.662	25.206.028
LEI Nº 8.727/93 – RECEITAS UNIÃO	2.143.701	21.178.771
LEI Nº 9.496/97	7.342.604	190.405.947
MP 2.185	1.251.313	27.033.535
PMSS	80.645	311.619
PORTARIA MF 152	268	172
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS	1.031.278	18.399.214
USAID – CONTRATO 512L088 - SP	2.944	4.758
AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS DETIDOS PELO BACEN – MP 2.179/2001	106.826	6.908.550
Totais	19.161.484	339.837.820

Fonte:MF/STN/COAFI

GRÁFICO – ORIGEM DAS RECEITAS RELATIVAS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS,
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. EXERCÍCIO DE 2002

